

**DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TRABALHO DOCENTE NA
ESCOLA PÚBLICA DE MANAUS: A PRODUÇÃO PEDAGÓGICA DA
DIFERENÇA NA PRÁXIS INTERCULTURAL AMAZÔNICA**

**HUMAN RIGHTS, INCLUSIVE EDUCATION, AND TEACHING WORK IN PUBLIC
SCHOOLS IN MANAUS: THE PEDAGOGICAL PRODUCTION OF DIFFERENCE
IN AMAZONIAN INTERCULTURAL PRAXIS**

**DERECHOS HUMANOS, EDUCACIÓN INCLUSIVA Y TRABAJO DOCENTE EN
LA ESCUELA PÚBLICA DE MANAUS: LA PRODUCCIÓN PEDAGÓGICA DE LA
DIFERENCIA EN LA PRAXIS INTERCULTURAL AMAZÓNICA**

Suelem Sampaio Figueiredo

Especialista em Filosofia e Sociologia, FACUMINAS, Brasil

E-mail: suelemsfigueiredo31@gmail.com

Dialene Glória de Queiroz Moreira

Especialista em Alfabetização e Letramento, FAVENI, Brasil

E-mail: dialenelenny777@gmail.com

Ivo Batista dos Santos

Especialista em História e Geografia, KURIOS, Brasil

E-mail: batistadossantosivo8@gmail.com

Clodoaldo Matias da Silva

Mestrando em Antropologia Social, UFAM, Brasil

E-mail: cms.1978@hotmail.com

Resumo

A pesquisa analisa como práticas docentes articulam direitos humanos, educação inclusiva e produção da diferença no cotidiano da escola pública de Manaus, tomando essas dinâmicas como movimentos que estruturam modos de participação e reconhecimento que nunca se fixam. O estudo define como objetivo investigar de que maneira a docência, tensionada por orientações institucionais, interpreta e ressignifica demandas vinculadas à diversidade, articulando experiências que se distribuem em fluxos culturais e pedagógicos que atravessam relações formativas. A metodologia consiste em abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, baseada em análise crítica de referenciais que discutem formação docente, políticas educacionais, racionalidades contemporâneas e disputas simbólicas que moldam a presença de estudantes em contextos marcados por desigualdades e pluralidades amazônicas. A análise dos materiais permite identificar processos que evidenciam variações nas formas de acolhimento, circulação de sentidos e organização de vínculos pedagógicos, revelando que práticas docentes produzem a diferença ao interpretar tensões entre proteção, controle e abertura, configurando percursos formativos que se tornam sensíveis às complexidades territoriais. A conclusão preliminar indica que a articulação entre direitos humanos, inclusão e trabalho docente sustenta práticas interculturais que se afirmam em deslocamentos contínuos, reafirmando a importância de compreender a escola como espaço no qual identidades se reconfiguram em negociações diárias. O estudo aponta a relevância de fortalecer políticas de formação que ampliem capacidade analítica e ética da docência, permitindo

consolidar caminhos voltados à justiça educacional e à valorização de múltiplas presenças no cenário amazônico.

Palavras-chave: Amazônia. Diferença. Docência. Direitos humanos. Inclusão.

Abstract

The study examines how teaching practices articulate human rights, inclusive education and the production of difference in public schools in Manaus, approaching these dynamics as movements that shape forms of participation and recognition that never stabilise. The research aims to investigate how teaching activity, influenced by institutional pressures, interprets and reframes demands related to diversity, generating experiences that circulate across cultural and pedagogical flows shaping formative relations. The methodology adopts a qualitative bibliographic approach grounded in critical analysis of literature addressing teacher education, educational policies, contemporary rationalities and symbolic disputes that influence students' presence in contexts marked by inequalities and Amazonian pluralities. The analysis identifies processes revealing variations in modes of reception, circulation of meanings and organisation of pedagogical relations, showing that teaching practices produce difference by interpreting tensions between protection, regulation and openness that configure formative pathways sensitive to territorial complexity. The preliminary conclusion indicates that the articulation between human rights, inclusion and teaching activity sustains intercultural practices emerging through continuous shifts, reinforcing the relevance of understanding the school as a space where identities reconfigure through everyday negotiations. The study emphasises the need to strengthen training policies that broaden the analytical and ethical capacities of teachers, enabling the consolidation of pathways committed to educational justice and to the recognition of multiple presences within the Amazonian educational landscape.

Keywords: Amazon. Difference. Human rights. Inclusion. Teaching.

Resumen

La investigación examina cómo las prácticas docentes articulan derechos humanos, educación inclusiva y producción de la diferencia en escuelas públicas de Manaus, entendiendo estas dinámicas como movimientos que conforman modos de participación y reconocimiento que nunca se estabilizan. El estudio tiene como objetivo analizar cómo la docencia, influida por tensiones institucionales, interpreta y resignifica demandas relacionadas con la diversidad, generando experiencias que circulan por flujos culturales y pedagógicos que atraviesan relaciones formativas. La metodología adopta un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, basado en análisis crítico de referencias que discuten formación docente, políticas educativas, racionalidades contemporáneas y disputas simbólicas que configuran la presencia estudiantil en territorios marcados por desigualdades y pluralidades amazónicas. El análisis identifica procesos que revelan variaciones en formas de acogida, circulación de sentidos y organización de vínculos pedagógicos, mostrando que las prácticas docentes producen diferencia al interpretar tensiones entre protección, control y apertura, configurando trayectorias sensibles a las complejidades territoriales. La conclusión preliminar indica que la articulación entre derechos humanos, inclusión y trabajo docente sostiene prácticas interculturales que emergen mediante desplazamientos continuos, resaltando la importancia de comprender la escuela como espacio donde las identidades se reconfiguran en negociaciones cotidianas. El estudio señala la necesidad de fortalecer políticas de formación que amplíen la capacidad ética y analítica de la docencia, posibilitando consolidar caminos orientados a la justicia educativa y al reconocimiento de múltiples presencias en el contexto amazónico.

Palabras clave: Amazonia. Docencia. Derechos humanos. Diferencia. Inclusión.

1. Introdução

A pesquisa tem como tema a articulação entre direitos humanos, educação inclusiva e trabalho docente na escola pública de Manaus, tomando como objeto analítico a produção pedagógica da diferença na práxis intercultural amazônica. Parte-se da compreensão de que a escola pública manauara constitui um espaço atravessado por múltiplas territorialidades, desigualdades históricas e disputas simbólicas que incidem diretamente sobre os modos de ensinar, aprender e conviver. Nesse contexto, a diferença não se apresenta como dado natural, mas como construção pedagógica mediada por práticas docentes, normativas institucionais e expectativas sociais que tensionam o cotidiano escolar.

A justificativa acadêmica e científica deste estudo reside na necessidade de aprofundar análises que articulem educação inclusiva e direitos humanos a partir de contextos periféricos e amazônicos, ainda pouco explorados de forma sistemática na literatura especializada. Do ponto de vista social, a investigação se justifica por problematizar como determinadas práticas escolares podem tanto ampliar quanto restringir experiências de reconhecimento, participação e pertencimento de sujeitos historicamente invisibilizados. Ao assumir a escola pública como campo de disputas, a pesquisa busca contribuir para leituras críticas que dialoguem com os desafios contemporâneos da docência em territórios marcados por diversidade cultural e desigualdade estrutural.

O objetivo geral consiste em analisar como direitos humanos, educação inclusiva e trabalho docente produzem a diferença na práxis intercultural amazônica manauara da escola pública. Como objetivos específicos, pretende-se examinar as concepções de diferença mobilizadas no cotidiano escolar, identificar tensões entre normativas inclusivas e práticas docentes, compreender os sentidos atribuídos à interculturalidade no contexto amazônico e discutir os impactos dessas articulações na organização do trabalho pedagógico. Esses objetivos se articulam na perspectiva de compreender a docência como prática situada, atravessada por múltiplas racionalidades e demandas institucionais.

O questionamento que orienta o estudo indaga: De que modo a articulação entre direitos humanos, educação inclusiva e trabalho docente conforma a produção pedagógica da diferença na escola pública de Manaus? A hipótese

sustenta que essa produção decorre de uma práxis intercultural na qual o trabalho docente, tensionado por condições institucionais e normativas, ressignifica os direitos humanos e a educação inclusiva em práticas cotidianas situadas no contexto amazônico. Tal hipótese permite problematizar a distância entre discursos normativos e experiências concretas vividas no espaço escolar.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza analítico-interpretativa, orientada pela problematização crítica de conceitos e práticas educacionais. A opção por esse tipo de abordagem decorre do interesse em compreender processos, sentidos e disputas que não se expressam de forma mensurável, mas se constroem no plano simbólico e relacional. Assim, privilegia-se uma leitura aprofundada dos fenômenos educacionais em sua complexidade histórica, cultural e institucional.

Como técnica de pesquisa, adota-se a revisão bibliográfica sistematizada, com seleção criteriosa de produções acadêmicas que dialogam com direitos humanos, educação inclusiva, trabalho docente, interculturalidade e cultura digital. A análise dos dados bibliográficos será realizada por meio de leitura analítica e comparativa, buscando identificar convergências, deslocamentos conceituais e lacunas interpretativas presentes no campo. Esse procedimento permite construir uma linha argumentativa consistente, sem recorrer à enumeração descritiva de estudos.

O artigo está estruturado em introdução, seguida por quatro seções de fundamentação teórica que discutem a práxis educativa, o trabalho docente, as políticas educacionais contemporâneas e a produção da diferença no contexto amazônico, avançando posteriormente para a conclusão e as referências. Essa organização visa assegurar progressão argumentativa e coerência interna, articulando conceitos, problemas e objetivos ao longo do texto. A contribuição acadêmica reside no esforço de integrar debates sobre inclusão, direitos humanos e interculturalidade a partir da realidade manauara, abrindo caminho para o desenvolvimento bibliográfico que aprofunda essas relações.

2. Revisão de Literatura

2.1 Práxis educativa, hegemonia e formação docente no pensamento pedagógico crítico

A práxis educativa evidencia camadas de formação que se entrecruzam quando docentes reinterpretam demandas institucionais, vivências culturais e expectativas sociais por meio de gestos que configuram modos de ensinar e modos de existir. Cenas escolares revelam movimentos silenciosos em que corpos docentes reorganizam sentidos pedagógicos para sustentar a circulação de linguagens que ultrapassam a transmissão de conteúdos e alcançam a elaboração da diferença. A produção desses sentidos marca o início do campo teórico que se busca delimitar, permitindo visualizar a docência como ação que se redesenha a cada encontro pedagógico.

Nesse movimento, a reflexão sobre autonomia formativa adquire intensidade quando articulada à responsabilidade ética que acompanha o ato de ensinar segundo Freire (2014), cuja abordagem recusa a separação entre técnica e humanidade. Imagens pedagógicas demonstram que professores ajustam percursos interpretativos não como resposta automática a normas, mas como criação simbólica que reorganiza tempo e espaço da sala de aula. Essa dinâmica mostra uma docência que opera em margens móveis, nas quais a diferença se torna matéria de elaboração contínua.

A partir disso, a leitura das disputas simbólicas que atravessam a escola se expande quando integrada à compreensão de hegemonia trabalhada por Gramsci (2001), que evidencia a presença de forças históricas modulando processos de formação. Sinais de pertencimento emergem em gestos cotidianos que revelam como docentes negociam expectativas sociais ao interpretar linguagens que circulam entre grupos e gerações distintas. A escola se configura como terreno de disputa interpretativa em que diferentes racionalidades atravessam o trabalho pedagógico.

Em continuidade, o princípio educativo apresenta-se como estrutura que sustenta movimentos de criação pedagógica ao transformar relações entre conhecimento, corpo docente e mundos culturais que se encontram no espaço

escolar. A formação docente opera sobre margens que se ampliam conforme professores constroem caminhos interpretativos para lidar com tensões que atravessam a prática. Nessas margens, a diferença adquire materialidade simbólica que redefine expectativas e reorganiza modos de presença.

Por essa perspectiva, a análise do trabalho docente incorpora leitura crítica das formas de participação social que atravessam a formação, como sugerido por Manacorda (1990), ao considerar o educador como agente que produz sentidos coletivos. Cenas escolares revelam gestos interpretativos que se desdobram em múltiplas direções e criam zonas de passagem entre práticas técnicas e escolhas éticas. Essas zonas articulam conflitos que perpassam a construção da diferença na vida escolar.

Em outra direção, a potência política da educação popular trabalhada por Manfredi (1980) emerge como imagem conceitual que ilumina situações em que docentes articulam envolvimento formativo e consciência crítica por meio de práticas que remodelam o que se entende como ato de ensinar. A docência aparece, então, como prática que reorganiza circulações simbólicas e cria novas aberturas interpretativas ao mobilizar saberes que desafiam hierarquias rígidas. Essas reconfigurações ampliam o campo teórico ao revelar que a práxis educativa opera em diferentes registros de sensibilidade.

De modo articulado, a conjunção entre formação, responsabilidade ética e disputas simbólicas retoma interseções presentes na abordagem crítica de Freire (2014), integradas a uma leitura da escola como território em que gestos docentes dialogam com demandas externas sem se esgotar nelas. A circulação de sentidos redesenha práticas que se multiplicam em microdinâmicas escolares e permitem observar como a diferença se inscreve em narrativas docentes que nunca se fixam. Essas multiplicidades ampliam a compreensão do trabalho docente como prática situada e historicamente tensionada.

Quando observadas tais dinâmicas, torna-se possível perceber que a formação docente opera sobre paisagens de tensão que refletem disputas culturais analisadas por Gramsci (2001), cujos apontamentos ajudam a compreender a complexidade ética presente em cada escolha pedagógica. As cenas de ensino

configuram movimentos de invenção em que professores negociam legitimidades, reorganizam prioridades e reconfiguram a presença estudantil no espaço escolar. O campo teórico delineado até aqui enfatiza a importância de examinar a docência como prática que articula história, linguagem e poder.

Nessa passagem, a trajetória formativa docente sugere que experiências pedagógicas emergem em camadas que revelam modos de lidar com desigualdades, expectativas institucionais e demandas culturais, como observa Freire (2014) ao tratar da implicação ética da prática educativa. Essas cenas permitem visualizar tensões entre o prescrito e o vivido que reorganizam continuamente a produção da diferença dentro da escola. Esse movimento abre caminho para a análise do trabalho docente, da gestão escolar e das disputas contemporâneas no campo educacional brasileiro.

À luz dessas tensões, o mapeamento teórico evidencia que a docência produz sentidos que se entrelaçam a forças institucionais, projetos educativos e dinâmicas territoriais, configurando a escola como campo vivo de elaboração simbólica. As imagens conceituais que emergem dessas práticas ampliam o entendimento das formas como professores constroem rotinas interpretativas que afetam a própria estrutura do fazer pedagógico. Essa abertura teórica encaminha o debate para a próxima seção dedicada às relações entre trabalho docente, gestão escolar e disputas educacionais contemporâneas.

2.2 Trabalho docente, gestão escolar e disputas contemporâneas no campo educacional brasileiro

O trabalho docente se estrutura em camadas que revelam escolhas profissionais atravessadas por pressões institucionais que não se fixam, produzindo reorganizações constantes nas práticas pedagógicas. As interpretações que emergem dessas camadas indicam movimentos de adaptação ética que sustentam uma atividade em permanente reelaboração, marcada por sensibilidades que se deslocam conforme novas demandas surgem. Esse conjunto de tensões cria um

campo analítico que permite compreender a docência como prática que se redesenha de modo contínuo.

Em sequência analítica, a discussão sobre autonomia docente ganha densidade quando aparece nas reflexões de Paro (1997), que situa a prática profissional como atravessada por disputas que nunca cessam de se recompor. A literatura apresenta outra entrada quando Amâncio de Souza e Ramos dos Santos (2024) abordam efeitos organizacionais que interferem na liberdade profissional por meio de racionalidades que atravessam decisões cotidianas. Essas leituras revelam nuances que ampliam a compreensão das condições que conformam a atuação pedagógica.

Em direção expandida, análises sobre participação institucional ganham relevo nas observações de Paro (1997), que problematiza limites internos que afetam processos decisórios na vida docente. Outra perspectiva aparece quando Ostrowiecki e Feder (2007) discutem como pressões produtivistas criam camadas simbólicas que se infiltram nas práticas pedagógicas ao reorganizar expectativas profissionais. Esse contraste projeta um cenário no qual a atuação docente é moldada por forças que se tensionam de maneira assimétrica.

Sob abordagem complementar, torna-se possível observar que as relações de trabalho se constroem em fluxos que nunca se estabilizam, expondo professores a exigências que convergem ou se opõem a projetos formativos em curso. A prática pedagógica passa a operar em zonas de transição que redefinem rotinas e ampliam a necessidade de interpretações sensíveis diante de demandas simultaneamente técnicas e éticas. Essas instabilidades ajudam a delimitar como a literatura reconhece a docência como território sujeito a pressões variadas.

No avanço das interpretações, discussões sobre produtividade surgem nas reflexões de Ostrowiecki e Feder (2007), que analisam como lógicas instrumentais podem modificar expectativas relativas ao exercício profissional. A temática se desloca quando Silva *et al.*, (2025a) examinam valorização docente em contextos de reorganização institucional que alteram referências simbólicas de reconhecimento. Esses deslocamentos ampliam o escopo teórico sobre as pressões que atravessam a docência.

Em ampliação conceitual, percepções sobre responsabilização emergem nos apontamentos de Amancio de Souza e Ramos dos Santos (2024), que identificam mecanismos sutis de controle que permeiam práticas educativas. Outra camada surge quando Paro (1997) aborda limites de participação e evidencia tensões internas que estruturam relações entre profissionais e processos decisórios. Visão paralela aparece em Ostrowiecki e Feder (2007), que identificam interferências simbólicas que afetam modos de agir e interpretar exigências institucionais.

Na continuidade argumentativa, o trabalho docente se revela como atividade que combina negociação permanente com reinterpretação ética, produzindo movimentos que não se fixam em estruturas prévias. As decisões profissionais se reorganizam conforme desafios emergentes apontam para deslocamentos que atravessam vínculos institucionais e responsabilidades pedagógicas. Essa perspectiva amplia a leitura da docência como prática que opera em campo de tensões constantemente renovadas.

Por entre essas articulações, percebe-se que professores elaboram estratégias que respondem a pressões externas sem abandonar projetos formativos que constroem significados internos ao exercício pedagógico. Essas estratégias emergem em fluxos interpretativos que acompanham modificações institucionais e produzem novas formas de compreender o alcance do trabalho docente. Esse movimento reitera a complexidade da atividade profissional em contextos marcados por disputas simbólicas.

Em dobra reflexiva, reflexões sobre reconhecimento aparecem nas análises de Silva *et al.*, (2025a), que interpretam valorização profissional a partir de dinâmicas que se reorganizam em consonância com expectativas institucionais. Essa leitura ilumina camadas de responsabilidade que se constituem dentro de percursos formativos que absorvem múltiplas interferências simbólicas. Esses deslocamentos fortalecem a compreensão de que o trabalho docente é atravessado por reconfigurações que se intensificam ao longo do tempo.

Em prolongamento analítico, a sistematização crítica da literatura indica que o trabalho docente se conforma em ambientes dinâmicos nos quais pressões,

disputas e reorganizações encontram lugar em percursos que se sobrepõem sem hierarquia fixa. As leituras comparadas revelam movimentos interpretativos que atravessam gestão, autonomia e práticas profissionais, produzindo arranjos sensíveis que demandam exame aprofundado. Essa abertura conduz diretamente ao debate sobre políticas educacionais, redes de poder e processos de produção de consensos pedagógicos.

2.3 Políticas educacionais, redes de poder e produção de consensos pedagógicos

A conformação das políticas educacionais apresenta camadas em que decisões públicas, expectativas sociais e disputas interpretativas se entrelaçam em movimentos que produzem trajetórias instáveis, nas quais modelos internacionais atravessam práticas locais por meio de racionalidades que moldam objetivos formativos sem alcançar plena estabilidade. Essas dinâmicas revelam estruturas que se modificam conforme redes decisórias reorientam prioridades e introduzem tecnologias que deslocam significados atribuídos ao ensinar, promovendo reorganizações sensíveis na atividade docente. O conhecimento disponível indica que essas transformações provocam tensões que precisam ser lidas em profundidade para compreender seus efeitos sobre a diferença.

Em articulação ampliada, interpretações críticas sobre circulação de modelos globais ganham densidade quando aparecem nas análises de Neves (2005), que debate mecanismos de consenso empregados em políticas que buscam orientar sistemas educativos em direção a agendas externas. Essas leituras ajudam a visualizar como determinadas racionalidades se instalam em processos decisórios e atravessam escolhas pedagógicas de modo difuso, insinuando expectativas que influenciam práticas cotidianas. A literatura destaca, assim, o caráter estratégico dessas mobilizações que reconfiguram regimes de interpretação no campo educacional.

Sob enfoque complementar, reflexões sobre internacionalização das políticas revelam nuances importantes nas discussões de Shiroma (2019), que

examina a atuação de experts e redes transnacionais na difusão de modelos que tentam padronizar formas de governar a educação. Essas análises permitem compreender como determinadas linguagens administrativas se infiltram em processos formativos, configurando vínculos que orientam decisões curriculares e mecanismos de gestão. O estado do conhecimento evidencia a presença de controvérsias sobre a profundidade dessas influências e seus limites simbólicos.

Em seguimento reflexivo, surgem debates sobre plataformas digitais e sua infiltração nas práticas educativas, revelando tensionamentos entre inovação aparente e lógicas de gestão que introduzem regimes de monitoramento que ultrapassam o domínio técnico. Essas tecnologias reorganizam tempos de trabalho, redesenham expectativas profissionais e constroem narrativas que prometem eficiência sem considerar complexidades formativas que sustentam relações pedagógicas. Essa movimentação sugere controvérsias sobre o alcance real desses dispositivos e suas implicações éticas.

No entrelaçamento dessas interpretações, análises sobre cultura digital e metodologias inovadoras aparecem nas discussões de Bacich e Moran (2018), que tratam da reconfiguração pedagógica produzida pela entrada de tecnologias na formação. A inserção dessas ferramentas gera deslocamentos que se articulam a modos específicos de compreender a aprendizagem, revelando tensões entre inovação técnica e construção de autonomia. Esse cenário evidencia a heterogeneidade das posições que disputam sentidos no debate atual.

Em densidade crescente, debates sobre plataformização ganham outra camada quando discutidos por Silva *et al.* (2025b), que problematizam relações entre educação e racionalidade empresarial, examinando modos como algoritmos estruturam formas de acompanhamento e avaliação. Essa abordagem destaca interferências que produzem sensibilidades específicas no exercício docente, ampliando questionamentos sobre controle e produção de consensos. O conhecimento acumulado mostra que essas tecnologias operam em zonas de tensão que exigem leitura cuidadosa.

Em alinhamento crítico, reflexões sobre racionalidades técnicas se aproximam de questões tratadas por Silva, Barros de Araújo e Conde (2023), que

discutem influências históricas de modelos produtivistas sobre processos de formação e organização do trabalho. Essas contribuições expõem como determinadas heranças administrativas continuam a estruturar arranjos simbólicos que interferem em modos de ensinar e interpretar responsabilidades profissionais. Essa continuidade histórica provoca controvérsias sobre como equilibrar tradição e transformações tecnológicas emergentes.

Em variação interpretativa, emergem situações em que docentes reorganizam rotinas a partir de plataformas que mediam comunicação, vigilância e acompanhamento, revelando movimentos que ora ampliam possibilidades formativas, ora criam limites de atuação difíceis de contornar. Tais movimentos mostram que tecnologias não se limitam a ferramentas, mas adquirem função normativa que altera fluxos de decisão e práticas de autoria pedagógica. O estado atual do conhecimento aponta que esse campo ainda permanece aberto a disputas interpretativas.

Em dobra analítica, debates sobre internacionalização dialogam com a preocupação contemporânea em compreender como tecnologias se combinam a regimes de governança que amplificam desigualdades ou redefinem expectativas de formação, como discutido por Shiroma (2019). Essa articulação permite observar que tensões entre autonomia e padronização continuam centrais nos debates sobre políticas educacionais e redes de poder. O campo teórico indica que tais discussões ainda se mantêm permeadas por ambiguidades que reconfiguram modos de interpretar a diferença.

Em projeção para a próxima discussão, as controvérsias reunidas revelam que políticas educacionais e tecnologias instauram camadas de influência que moldam práticas docentes, reorganizam relações institucionais e produzem modos específicos de compreender a diferença, dependendo dos modelos de gestão que se tornam hegemônicos. Essas transformações criam ambientes interpretativos em que consensos e dissensos convivem e tensionam esforços de formação que buscam ampliar horizontes éticos e pedagógicos. Esse conjunto analítico abre passagem para examinar de modo direto a relação entre diferença, corpos e direitos humanos no contexto amazônico.

2.4 Diferença, corpos e direitos humanos na escola pública amazônica

A produção pedagógica da diferença se delineia em movimentos que revelam como corpos e identidades se tornam atravessados por interpretações institucionais que moldam práticas e expectativas, indicando que a experiência escolar se constrói em camadas de reconhecimento que nunca se estabilizam. As relações entre professores e estudantes se desenvolvem em percursos marcados por disputas simbólicas que definem modos de existir e de ser percebido nos fluxos cotidianos da vida educativa. Tais deslocamentos revelam o cenário no qual a hipótese se ancora ao articular trabalho docente, direitos humanos e práticas inclusivas.

Em condução analítica, debates sobre pertencimento e reconhecimento aparecem quando Silva (2025a) examina formas pelas quais corpos são enquadrados por sensibilidades pedagógicas que estruturam oportunidades de participação em ambientes educativos. As reflexões destacam que expectativas institucionais se entrelaçam a vivências de alunos que lidam com tensões entre visibilidade e silenciamento ao longo dos processos formativos. A articulação resultante reforça o entendimento de que práticas docentes participam ativamente da produção da diferença.

Em perspectiva ampliada, leituras que tratam de práticas democráticas emergem na abordagem de Silva (2025b), que discute como discursos sobre direitos e participação reconfiguram trajetórias formativas ao interior de espaços que operam múltiplas racionalidades. As interpretações revelam formas de negociação que envolvem tanto o docente quanto os estudantes, permitindo observar como expectativas e afetos estruturam modos de presença em contextos educativos. Tal perspectiva contribui para sustentar a hipótese ao indicar tensões permanentes entre norma, experiência e produção da diferença.

Em abordagem paralela, percebe-se que a construção da diferença ocorre em práticas nas quais professores interpretam demandas pedagógicas a partir de sensibilidades que se deslocam conforme condições institucionais variam,

produzindo zonas intermediárias entre proteção, controle e abertura formativa. Os deslocamentos resultantes revelam que os corpos são afetados por orientações que nunca se apresentam de modo uniforme, criando movimentos que remodelam vínculos entre direitos humanos e experiências educativas, o traçado emergente reforça o caráter dinâmico da hipótese proposta.

Em direção interpretativa, análises sobre experiências inclusivas ganham nova densidade ao dialogarem com reflexões de Almeida, Silva e Aguiar (2026), que abordam tensões vividas em práticas docentes que tentam conciliar exigências normativas e experiências concretas que emergem no cotidiano escolar. As tensões identificadas permitem visualizar como imaginários institucionais produzem efeitos distintos sobre grupos que vivenciam desigualdades estruturais. O conjunto argumentativo aprofunda a compreensão sobre as condições que sustentam a hipótese.

Em profundidade crescente, elementos relativos à corporeidade e à diferença emergem quando Silva (2025a) problematiza modos de percepção que influenciam a organização de práticas pedagógicas, enquanto Silva (2025b) examina tensões democráticas que atravessam relações formativas e Almeida, Silva e Aguiar (2026) discutem impactos institucionais sobre vivências inclusivas. A justaposição de perspectivas revela camadas de complexidade que estruturam a leitura da escola como ambiente em que corpos são interpretados segundo lógicas que nem sempre favorecem reconhecimento pleno. O cruzamento teórico sustenta a hipótese ao evidenciar que práticas docentes operam em fronteiras entre proteção, controle e emancipação.

Em desdobramento analítico, observa-se que professores atuam em percursos marcados por interferências institucionais que afetam tanto o modo como interpretam a diferença quanto a forma como organizam suas ações pedagógicas, compondo um campo de forças que nunca se estabiliza. Os percursos analisados revelam camadas de complexidade que se deslocam conforme valores, normas e expectativas se entrelaçam em processos interpretativos que influenciam a vida escolar. O movimento resultante reafirma bases que sustentam a hipótese da pesquisa.

Em enfoque sensível, reflexões sobre participação formativa reaparecem em análises de Silva (2025b), que identifica tensões entre projetos democráticos e racionalidades institucionais que interferem em discursos sobre pertencimento e cidadania. As discussões permitem compreender que relações entre diferença e direitos humanos se organizam em fluxos que exigem reposicionamentos constantes por parte dos educadores. O quadro interpretativo reforça a pertinência da hipótese ao evidenciar camadas éticas que permeiam o trabalho docente.

Em continuidade expandida, trajetórias inclusivas apresentam ambiguidades perceptíveis quando práticas pedagógicas revelam movimentos de acolhida e silenciamento que se alternam em ritmos irregulares, compondo dinâmicas que desafiam interpretações lineares. Os movimentos descritos mostram que a diferença é produzida em zonas que se reorganizam em resposta a disputas simbólicas e institucionais que atravessam o cotidiano educativo. O cenário delineado aprofunda as bases para o debate sobre direitos humanos na perspectiva amazônica.

Em projeção analítica, torna-se possível compreender que a hipótese da pesquisa se sustenta em processos que articulam formação docente, corporeidade e direitos humanos, revelando um campo interpretativo que integra tensão, sensibilidade e mudança contínua. Os elementos identificados indicam que a produção da diferença não se inscreve em categorias fixas, mas em fluxos que variam conforme escolhas pedagógicas se reorganizam diante de novas demandas sociais. O movimento resultante abre caminho para aprofundar discussões sobre como tais processos incidem na construção da justiça educacional no contexto amazônico.

3. Considerações Finais

A investigação revelou que práticas docentes articulam direitos humanos, inclusão e trabalho pedagógico em movimentos que configuram modos plurais de formar sujeitos, respondendo ao objetivo ao evidenciar que a produção da diferença emerge de escolhas interpretativas que se reorganizam diante de tensões

institucionais presentes no cotidiano manauara. A análise mostrou que vínculos formativos são continuamente redesenhados por sensibilidades que atravessam relações educativas e remodelam formas de participação. Esses elementos indicam que a hipótese ganha força ao demonstrar que a práxis intercultural se torna eixo estruturante de processos que nunca se fixam.

Os resultados obtidos demonstram que o questionamento central é atendido ao revelar que articulações entre direitos humanos, inclusão e docência produzem dinâmicas que moldam presenças, reconhecimentos e disputas simbólicas no interior da escola pública. As evidências mostram que tais articulações configuram trajetórias complexas nas quais identidades se rearranjam em resposta a pressões normativas e sensibilidades pedagógicas. A hipótese é reafirmada ao indicar que essas dinâmicas produzem deslocamentos éticos que sustentam a diferença como construção contínua.

As análises realizadas evidenciam que práticas docentes funcionam como mediadoras entre demandas institucionais e experiências estudantis, respondendo ao objetivo ao mostrar que a produção da diferença depende de gestos que reorganizam pertencimentos e ampliam interpretações sobre a inclusão. Os resultados apontam para campos formativos atravessados por tensões que influenciam modos de existir e de aprender, compondo ambientes que nunca se estabilizam completamente. Tais observações reforçam a hipótese ao demonstrar que a práxis intercultural desloca fronteiras entre cuidado, controle e reconhecimento.

As implicações teóricas indicam que a pesquisa contribui para debates sobre justiça educacional ao revelar que interpretações docentes constroem paisagens formativas marcadas por conflitos simbólicos e reorganizações permanentes, respondendo ao questionamento ao mostrar como a articulação entre educação inclusiva e direitos humanos define movimentos de presença e participação. A análise evidencia que tais movimentos ampliam discussões sobre diferença ao expor camadas éticas que sustentam a ação pedagógica. A hipótese se alinha a essas interpretações ao demonstrar que práticas docentes traduzem tensões institucionais em caminhos formativos múltiplos.

As implicações práticas sugerem que processos formativos podem se fortalecer quando instituições reconhecem a necessidade de construir espaços de reflexão que possibilitem aos docentes interpretar disputas simbólicas que atravessam trajetórias estudantis, respondendo ao objetivo ao reforçar que a produção da diferença depende de ações pedagógicas sensíveis às desigualdades amazônicas. Os resultados mostram que percursos inclusivos emergem de negociações contínuas que produzem novas formas de pertencimento e representação. Essa leitura reafirma a hipótese ao indicar que a práxis intercultural reorganiza sentidos atribuídos à participação escolar.

As recomendações apontam para a importância de políticas educacionais que promovam formação crítica, abertura dialógica e compreensão ética das pluralidades que moldam a escola pública de Manaus, respondendo ao questionamento ao indicar que a articulação investigada estrutura movimentos que reformulam identidades e vínculos pedagógicos. A pesquisa sugere incentivar práticas que tornem visíveis corpos e narrativas que atravessam a vida escolar em fluxos não lineares. Esses elementos reforçam a hipótese ao mostrar que tais dinâmicas impulsionam novas possibilidades de investigação e aprofundam debates sobre educação inclusiva na Amazônia.

Referências

ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares; SILVA, Clodoaldo Matias; AGUIAR, Denison Melo. Gritar com o corpo, silenciar com a escola: a maternidade precoce como dispositivo de evasão e apagamento de alunas invisibilizadas. **REH- Revista Educação e Humanidades**, [S.l.], vol.7, n. 1, jan-jun, p. 518-536. 2026.

AMANCIO DE SOUZA, Dayane; RAMOS DOS SANTOS, Ana. Educar pra valer ou adestrar pra valer? Discussões sobre o trabalho docente. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1–23, 2024.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Sílvia. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In: _____. **A questão política da educação popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OSTROWIECKI, Ana; FEDER, Rafael. Carregando o elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo. Ribeirão: Húmus, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S.l.], v. 5, p. 1–22, 2019.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Corpos que educam, desejam e são silenciados: sexualidade, deficiência e os desafios ético-pedagógicos da escola. **Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins**, [S.l.], v. 10, n. 15, p. 100–116, jan./jun. 2025a.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Entre o diálogo e o conflito: os desafios de ensinar democracia em um Brasil polarizado. **Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins**, v. 10, n. 1, p. 01–17, jan./jun. 2025b.

SILVA, Clodoaldo Matias; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares; OLIVEIRA, Maria das Graças Maciel; AGUIAR, Denison Melo. A valorização do professor como eixo da gestão de pessoas na ESCOLA Estadual Desembargador André Vidal. **Amazon Business Research (ABR)**, [S.l.], n. 05, p. 42-52, 2025a.

SILVA, Clodoaldo Matias; SILVA, Cláudio Sérgio Matias; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares; AGUIAR, Denison Melo. *Algorithms of hegemony: the platformisation of education as a business strategy for pedagogical domination in the expanded state*. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 21, n. 04, p. 1–20, 2025b.

SILVA, Pedro Rafael Costa; BARROS DE ARAÚJO, Stephanie; CONDE, Ivo Batista. O aprisionamento da razão: uma análise da participação do IDORT no desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Revista Amazônida: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 1–17, 2023.